



Adicional ao imposto sobre herança poderá ser limitado a 8%

Proposta deve ser votada na CCJ. Relator apresentou adendo que reduz a alíquota máxima do percentual a ser destinado à União, inicialmente estipulada em 27,5%

O relator da proposta sobre o adicional ao imposto sobre grandes heranças e doações, Roberto Rocha, reduziu para 8% o limite sobre o valor herdado ou doado previsto no texto. Originalmente, a PEC em análise na Comissão de Constituição e Justiça estipulava 27,5%, que corresponde à alíquota máxima do Imposto de Renda. Rocha aceitou, parcialmente, a argumentação de Ronaldo Caiado, feita em voto em separado, de que o tributo ao qual o adicional será somado, o

Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação, é de competência de estados e do Distrito Federal.

Para Caiado, um limite alto para o adicional inviabilizaria que se aumentasse a alíquota máxima desse imposto, que hoje é de 8%, e vai para os cofres estaduais. O adicional a ser criado pela PEC, também de 8%, seria destinado à União. Segundo a proposta, o produto dessa arrecadação extra deverá financiar a política de redução das desigualdades regionais. **3**



Marcos Oliveira/Agência Senado — 10/8/2016

Advogado de acusação, Berchmans (D) entregou lista de testemunhas dia 10

Julgamento de Dilma começa na quinta e ouve 8 testemunhas

A sessão de julgamento da presidente afastada Dilma Rousseff, que começa quinta-feira, dedicará a parte inicial dos trabalhos à arguição de oito testemunhas, duas delas convocadas pela acusação, que abriu mão da terceira testemunha, e seis convocadas pela defesa.

As oito testemunhas serão ouvidas separadamente e os senadores poderão se

inscrever para apresentar perguntas a cada arguição. Cada senador terá até seis minutos para questionar a testemunha, que terá igual tempo para resposta.

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, que presidirá a sessão de julgamento, avisou que as oitivas poderão se estender pelo fim de semana até ouvir todos os convocados. **4**



Fernando Fracão/ABR

Medida permite que programa oficial não prejudique transmissão de competições

Comissão estuda MP que flexibiliza A Voz do Brasil durante Olimpíada

Será instalada na segunda-feira a comissão mista que estudará a Medida Provisória 742/2016, que flexibiliza o horário de transmissão do programa *A Voz do Brasil* entre 5 de agosto e 18 de setembro, para que as emissoras de rádio possam transmitir ao vivo as competições das Olimpíadas

e das Paralimpíadas Rio 2016. Sem a medida provisória, as emissoras são obrigadas a transmitir o noticiário do governo das 19h às 20h. Com a mudança, a transmissão pode ser feita das 19h às 22h. O governo permitiu uma flexibilização semelhante durante a Copa do Mundo de 2014. **3**

Congresso volta a expor obra de Marianne Peretti

Depois de passar por uma restauração, o painel *Alumbramento*, da artista plástica Marianne Peretti, está sendo instalado no Salão Branco do Congresso e em breve poderá ser visto pelo público. A obra, de 1978, esteve exposta no Senado até 1992, quando foi desmontada. A restauração foi acompanhada pela própria artista, que integrou a equipe de Oscar Niemeyer. **2**



Pedro França/Agência Senado

Com estrutura de metal, espelho e vidro, painel tem 10 metros de comprimento

Texto que acelera concessões será votado na segunda

A medida provisória que cria o Programa de Parcerias de Investimentos será votada na segunda-feira pela comissão mista encarregada de analisá-la. O objetivo é destravar as concessões na esfera federal. **4**

Federação de mulheres terá sessão especial

Com 660 organizações filiadas, em 160 países, a Federação Democrática Internacional de Mulheres vai ser homenageada pelos seus 70 anos, em sessão especial do Senado na segunda-feira, às 11h. **2**

Palestra ensina a se comunicar com empatia **2**

TV Senado mostra benefícios do novo Supersimples **2**

JOVEM SENADOR

ESPORTE: EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

Todos os anos, estudantes de todo o país têm a oportunidade de conhecer a importância da atividade legislativa no Projeto Jovem Senador. É o Senado unindo a experiência e a juventude para fortalecer a cidadania. Conheça o projeto em www.senado.gov.br/jovemsenador

Parceria:

Realização:

Congresso volta a abrigar painel de Marianne Peretti

Obra *Alumbramento* está sendo instalada no Salão Branco. De 1978 a 1992, ocupou o foyer do Auditório Petrônio Portella e, depois de recuperada para mostra em museu, volta a ser exposta permanentemente

OPAINEL *ALUMBRAMENTO*, da artista plástica Marianne Peretti, está sendo instalado no Salão Branco do Congresso (Chapelaria). A obra é de 1978 e desde então ocupou o foyer do Auditório Petrônio Portella do Senado, até 1992, quando foi desmontada e permaneceu guardada.

Desde 2010, vem sendo negociada a recuperação do painel, que contou com uma consultoria da própria artista para acompanhamento dos trabalhos. A obra tem 2,8 metros de altura por 10 metros de comprimento e tem três camadas de estruturas metálicas, que receberão espelhos e vidros em três etapas, para que sejam fixados com silicone em todos os perímetros. Segundo Ismail Neto, do Serviço de Museu, cada fase deve durar de três a quatro dias.



Instalação do painel *Alumbramento*, da artista plástica Marianne Peretti

“Cirurgia”

A instalação do painel na Chapelaria é diferente daquela realizada na mostra *A Arte Monumental de Marianne Peretti*, que esteve de abril a junho no Museu da República, em Brasília.

Tactiana Braga, uma das curadoras da exposição, diz que no museu foi feita uma instalação temporária das mais de 200 peças em pontos de fixação, o que não ocorrerá

no Congresso, onde a obra ficará permanentemente.

— Estamos aqui numa sala de cirurgia, com todas essas peças sendo cuidadosamente manuseadas sob a supervisão do técnico Sebastião Martins, que tem experiência de 30 anos com vitrais — detalha.

Marianne Peretti integrou a equipe de Oscar Niemeyer na construção de Brasília e suas obras estão em vários lugares da cidade, como a Catedral

Metropolitana, o Superior Tribunal de Justiça, o Palácio do Jaburu e o Memorial JK.

A artista nasceu em Paris, em 1927, de mãe francesa e pai pernambucano. Atualmente a artista mora em Olinda (PE).

Tactiana é idealizadora do Documento Marianne Peretti, projeto que resgata a obra da artista e inclui o livro *Marianne Peretti — a ousadia da invenção*, seminários e a exposição.

Senado homenageia 70 anos de federação de mulheres

O Senado vai comemorar na segunda-feira, às 11h, no Plenário, os 70 anos da Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM), entidade que congrega 660 organizações filiadas, de 160 países. Paulo Paim (PT-RS), autor do pedido de sessão especial, contou que a FDIM foi fundada, “em meio à intensa emoção”.

— A federação tem uma importância gigantesca não apenas no Brasil, mas no

mundo, pela luta em defesa dos direitos trabalhistas e sociais das mulheres. Aplaudo a luta da entidade na defesa da igualdade salarial entre homens e mulheres e a maior participação das mulheres na política.

A FDIM, presidida pela brasileira Márcia Campos, é uma organização não governamental que une mulheres de diferentes setores e crenças em defesa dos seus direitos, da igualdade, do emprego e

por uma sociedade mais justa para elas.

Um dos princípios da FDIM é garantir os direitos das mulheres de oferecer um futuro feliz às crianças, o que só pode ser alcançado plenamente em um mundo de paz. A organização deu impulso a muitas entidades femininas nacionais que têm uma tradição de luta em favor dos direitos das mulheres pela paz, pelas crianças e por melhores condições de vida para os seus povos.

Especialista ensinará técnicas de comunicação não violenta

“Comunicação não violenta” (CNV) é o tema da palestra o que o treinador alemão Sven Fröhlich-Archangelo faz segunda-feira no Senado. A CNV é um processo de entendimento que facilita a harmonização das necessidades de cada indivíduo com aqueles que estão ao redor, criando um clima de cooperação por meio da empatia. Esse e outros objetivos do método serão abordados na palestra, em português, no Auditório do Interlegis, a partir das 15h.

O evento é aberto e faz parte das comemorações dos dez anos da Lei Maria da Penha. Na palestra, o especialista abordará questões fundamentais da CNV, como maneiras de transformar a raiva e formas de comunicação que “criam muros”.

— Duas partes mais importantes da comunicação não violenta são a empatia e a autenticidade. Na CNV, sempre tentamos enxergar o que há por trás do comportamento do outro. Isso nos une com o outro — afirma o palestrante.

Segundo ele, a apresentação contará não apenas com aspectos teóricos, mas também com exemplos reais que podem ser aplicados no dia a dia. Haverá ainda momentos de interação com o público.

— Eu vou mostrar muitos exemplos de como funciona esse processo. Também serão apresentados vídeos e haverá oportunidade para perguntas.

Perfil

Archangelo é formado em administração de empresas pela Universidade de Göttingen, na Alemanha. É treinador internacional de comunicação não violenta.

O especialista já trabalhou o conceito da CNV em instituições como o exército alemão, o governo da Baviera e a associação humanitária Internationaler Bund.

No Brasil, onde mora atualmente, presta serviços para diversas empresas e desenvolveu, em parceria com a Prefeitura de Campinas (SP), um projeto que visa à prevenção da violência.

TV Senado mostra benefícios do Supersimples para microcervejarias

O Senado aprovou no final de junho novas regras para o Supersimples. O programa *Município Brasil*, da TV Senado, foi à Região Sul para mostrar como as mudanças devem beneficiar novos setores, como o de vinícolas e microcervejarias. O programa, que vai ao ar amanhã e no

domingo, também trata dos legados de grandes eventos esportivos e mostra o projeto de recuperação de um rio em Penápolis (SP).

Município Brasil
• amanhã, às 20h
• domingo (reprise), às 8h30 e às 16h

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Sessão de discursos

9h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores e avisos da Mesa Diretora.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Comissão vota adicional a imposto de herança

Relator apresentou um adendo ao parecer, favorável à PEC, em que reduz a alíquota máxima do adicional de 27,5% para 8%. Ronaldo Caiado apresentou voto pela rejeição

O ADICIONAL AO imposto sobre grandes heranças e doações, previsto em proposta de emenda à Constituição em análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), poderá ser limitado a 8% sobre o valor herdado ou doado.

O novo limite foi proposto pelo relator da PEC 96/2015, Roberto Rocha (PSB-MA), em adendo a seu parecer anterior, no qual havia sido favorável ao limite estipulado pelo texto original, de 27,5%, que corresponde à alíquota máxima do Imposto de Renda.

O relator aceitou, parcialmente, a argumentação de Ronaldo Caiado (DEM-GO), feita em voto em separado pela rejeição da proposta.

Caiado esclareceu que o tributo ao qual o adicional será somado, o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), é de competência tributária de estados e do Distrito Federal. Para Caiado, ao instituir o adicional (a ser cobrado pelo governo federal), a PEC fere o pacto federativo, pois a União estaria interferindo em assunto de outro ente federativo.

Hoje a alíquota máxima que pode ser cobrada pelos estados sobre grandes heranças e doações é de 8%. Para Caiado, o limite alto estipulado para o adicional inviabilizaria que os estados aumentassem a alíquota máxima desse imposto.

O senador lembrou que o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), órgão composto por secretários de Fazenda estaduais, já propôs elevar esse limite para 20%.

“A carga tributária efetiva, considerando a elevação para até 20% da alíquota máxima e o teto que poderia ser cobrado pela União, no percentual de até 27,5%, segundo prevê a PEC, tornaria confiscatória a tributação sobre heranças e doações”, ponderou Caiado.

Esse último argumento do confisco convenceu o relator:

— Ao diminuir a alíquota máxima de 27,5% para 8%, reduzimos a magnitude da alíquota incidente sobre grandes heranças e doações a menos de um terço do que o texto original da PEC autoriza.

O adendo ao parecer foi apresentado pelo relator na reunião da CCJ de quarta-feira.



O relator, Roberto Rocha (D), conversa com Randolfe Rodrigues e Antonio Anastasia (E), que pediu vista da proposta

Junto com o parecer original e o voto em separado de Caiado, deverá ser votado na próxima reunião deliberativa.

Fundo regional

Apresentada por Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), a PEC 96/2015 cria o Imposto sobre Grandes Heranças e Doações que, na prática, é o adicional ao Imposto sobre

Transmissão Causa Mortis e Doação, previsto no artigo 155 da Constituição.

A Resolução do Senado 9/1992 fixou em 8% a alíquota máxima do ITCMD, que fica com os estados. O adicional de 8% a ser criado pela PEC seria destinado à União.

Segundo a proposta, o produto dessa arrecadação extra ficará com o Fundo Nacional

de Desenvolvimento Regional, para o financiamento da política de redução das desigualdades regionais.

O Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação difere do imposto sobre grandes fortunas, que é de competência da União. Previsto na Constituição, esse tributo federal ainda não é cobrado, pois precisa ser regulamentado.

Congresso começa a analisar medidas provisórias do Fies e do programa A Voz do Brasil

Dois comissões de medidas provisórias começam a trabalhar na segunda-feira. Os parlamentares se reúnem para a instalação dos colegiados mistos

(formados por senadores e deputados) e eleição de presidentes. As medidas provisórias (MPs) tratam do horário do programa *A Voz do Brasil* durante

os Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro e de mudanças no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que financia cursos superiores em universidades privadas.

A MP 741/2016, cuja comissão se reúne às 17h, determina que a remuneração administrativa dos bancos na concessão do Fundo de Financiamento Estudantil será paga pelas instituições privadas de ensino superior, e não mais pela União. A remuneração, prevista na lei de criação do Fies (Lei 10.260/2001), é de 2% sobre o valor dos encargos educacionais liberados.

Antes da edição da medida provisória, os bancos eram remunerados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A mudança passou a valer a partir das inscrições

e das renovações semestrais referentes ao segundo semestre de 2016, entre 15 de julho e 1º de agosto.

Já a MP 742/2016 flexibiliza o horário da veiculação do programa *A Voz do Brasil* durante o período das Olimpíadas e Paralimpíadas Rio 2016 (de 5 de agosto a 18 de setembro). A flexibilização durante os Jogos segue exemplo do que foi feito durante a Copa do Mundo de 2014.

De acordo com o texto, nesse período as emissoras de rádio podem veicular o noticiário entre as 19h e as 22h. O pedido de mudança foi feito por entidades ligadas às emissoras de rádio. Após o período de eventos esportivos, *A Voz do Brasil* voltará a ser veiculada das 19h às 20h. A reunião da comissão está marcada para as 17h30.



Provas olímpicas no horário da *A Voz do Brasil* podem ser ouvidas pelo rádio graças a flexibilização de regra

Decisão de retomar voos diurnos para o Acre é acertada, afirma Viana

Jorge Viana (PT-AC) disse que é acertada a decisão da Gol de voltar a oferecer voos diurnos para o Acre e de restabelecer a rota entre Rio Branco e Manaus.

— Isso é muito importante. Hoje, temos uma situação que considero ser única no Brasil: só se pode sair do Acre por via aérea de 24 em 24 horas. Os voos são na madrugada.



De acordo com ele, “a população do estado fica escrava dessa imposição que as companhias aéreas fazem”.

O senador lembrou que o terminal e a pista do aeroporto de Rio Branco estão em obras, que só devem terminar no mês que vem, e pediu à Gol e à Infraero que não esperem o término das obras para a operação dos novos voos.

Humberto critica transferência de gestão de verba da seca para o Dnocs

O líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), criticou a medida provisória que transfere para o Departamento Nacional de Obras contra a Seca (Dnocs) a gestão dos recursos destinados ao enfrentamento da estiagem. O senador lembrou que esse gerenciamento estava a cargo dos governadores, por decisão de Dilma Rousseff, que entendia que eles conhecem melhor



as necessidades de seus estados.

Humberto disse que o governo liberou R\$ 790 milhões para o Dnocs, para socorrer estados nordestinos. Ele observou que esse dinheiro será gerido pelo PMDB, que sempre fez indicações para o Dnocs, e será usado para fins eleitorais:

— Estamos voltando à época dos coronéis e dos currais eleitorais.

Para Requião, Temer erra ao querer congelar gastos públicos por 20 anos

Roberto Requião (PMDB-PR) criticou a proposta de emenda à Constituição apresentada pelo governo Michel Temer que congela os gastos públicos pelos próximos 20 anos.

O senador explicou que, se a proposta for aprovada, os investimentos do governo em saúde, educação, segurança, saneamento básico, moradia, meio ambiente e Justiça, por exemplo, fica-



rão congelados por duas décadas, ignorando o aumento e o envelhecimento da população.

— Se o nosso país fosse o mais desenvolvido do mundo, a proposta já seria um absurdo, porque o ser humano quer sempre progredir. Com as carências que temos, como esperar 20 anos? Serão duas gerações para retomar os investimentos.

Julgamento de Dilma ouvirá oito testemunhas

A partir de quinta-feira serão ouvidos e arguidos pelos senadores dois depoentes arrolados pela acusação e seis pela defesa, e as oitivas poderão se estender pelo fim de semana

OS PRIMEIROS DIAS da sessão de julgamento da presidente afastada Dilma Rousseff, marcada para começar na quinta-feira, serão dedicados à arguição de oito testemunhas, duas delas arroladas pela acusação e seis pela defesa.

Quando apresentaram o libelo acusatório, resumo das argumentações que embasam o pedido de punição da presidente afastada, os advogados que assinam a denúncia optaram por chamar três das seis testemunhas a que têm direito. Depois retiraram um dos nomes arrolados.

Acusação

- ▶ **Júlio Marcelo de Oliveira** é procurador do Ministério Público junto no Tribunal de Contas da União (TCU). Foi auditor de controle externo no TCU, tendo também atuado como chefe de gabinete de procurador-geral e de ministro do Tribunal de Contas da União. Trabalhou como consultor legislativo no Senado. É graduado em ciência da computação e em direito pela Universidade de Brasília (UnB).
- ▶ **Antonio Carlos Costa d'Ávila Carvalho Júnior** é auditor federal de controle externo do Tribunal de Contas da União (TCU), com atuação na Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional e na Secretaria de Macroavaliação Governamental. Formado em administração de empresas e especialista em orçamento público, é professor de pós-graduação em auditoria financeira da Universidade de Brasília (UnB) do curso Apuração do Resultado Fiscal da Escola de Administração Fazendária (Esaf).

As oito testemunhas serão ouvidas separadamente e os senadores poderão se inscrever para apresentar perguntas a cada arguição. Cada senador terá até seis minutos para questionar a testemunha, que terá igual tempo para resposta.

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, que presidirá a sessão de julgamento, anunciou que as oitivas poderão se estender pelo fim de semana, até que todos os convocados sejam ouvidos.

Defesa

- ▶ **Luiz Cláudio Costa** foi secretário-executivo do Ministério da Educação no governo de Dilma Rousseff. É professor de graduação e pós-graduação da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Graduado em matemática (UFV), mestre em meteorologia agrícola (UFV) e doutor pela Universidade de Reading, na Inglaterra. Liderou equipe de especialistas em mudanças climáticas da Organização Meteorológica Mundial (OMM) e da Organização das Nações Unidas (ONU) e presidiu o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep).
- ▶ **Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo** é professor titular da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), foi secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, no governo de José Sarney, e secretário de Ciência e Tecnologia de São Paulo, na gestão de Orestes Quércia. Formado em direito e ciências sociais pela Universidade de São Paulo (USP), Belluzzo tem pós-graduação em desenvolvimento econômico pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) e doutorado em economia pela Unicamp.
- ▶ **Nelson Barbosa** foi ministro do Planejamento e Ministro da Fazenda de Dilma Rousseff. É formado em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre pela mesma universidade e doutor pela New School of Social Research, em Nova Iorque. Foi presidente do Conselho de Administração do Banco do Brasil e membro do Conselho de Administração da Vale. É professor da Escola de Economia de São Paulo (FGV-EESP) e do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ).
- ▶ **Esther Dweck** é ex-secretária de Orçamento Federal. Graduada em ciências econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, tem doutorado em economia da indústria e tecnologia pela mesma instituição. É professora-adjunta do Instituto de Economia da UFRJ, na área de macroeconomia. Foi chefe da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República.
- ▶ **Gilson Alceu Bittencourt** atuou, no governo de Dilma Rousseff, como secretário de Planejamento e Investimento Estratégico do Ministério do Planejamento, secretário-adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda e secretário-executivo-adjunto da Casa Civil. Também foi secretário da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário. É engenheiro agrônomo pela Universidade Federal do Paraná, especialista em análise de políticas públicas pela Universidade do Texas e mestre em desenvolvimento econômico pela Unicamp.
- ▶ **Geraldo Luiz Mascarenhas Prado** é consultor jurídico, graduado em direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com mestrado e doutorado em direito pela Universidade Gama Filho (UGF). É pesquisador do Centro de Investigação em Direito Penal e Ciências Criminais da Universidade de Lisboa. Integrou comissão instituída pelo Ministério da Justiça para a reforma dos recursos e ações autônomas de impugnação no âmbito do Código de Processo Penal. Magistrado de carreira, aposentou-se no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro no cargo de desembargador, em 2012.



O advogado João Berchmans (D) entrega à Secretaria-Geral da Mesa, na semana passada, a acusação final contra Dilma

Comissão vota relatório sobre MP da parceria de investimentos

A comissão mista encarregada de analisar a medida provisória que criou o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) deve votar relatório sobre o texto na segunda-feira, às 16h. A MP 727/2016 teve a vigência prorrogada até 8 de setembro e tramita em regime de urgência.

O PPI foi criado nos primeiros dias do governo interino de Michel Temer com o objetivo de agilizar as concessões públicas, sob o argumento de que é preciso eliminar entraves burocráticos e excesso de interferências do Estado.

O programa lista empreendimentos públicos de infraestrutura a serem executados pelo setor privado. Segundo o governo, isso garante segurança jurídica aos investidores privados, estabelece regras estáveis e fortalece o papel regulador do Estado e a autonomia das agências reguladoras para expandir a oferta de infraestrutura.

A medida também criou o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e autorizou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a constituir e participar do fundo de apoio à estruturação de projetos.

Correções

A medida estabelece como dever dos órgãos governamentais a atuação de forma coordenada para que a viabilização dos empreendimentos do PPI ocorra “de forma uniforme, econômica e em prazo compatível com o caráter prioritário nacional do empreendimento”.

O relatório do senador Wilder Moraes (DEM-GO) destaca “o grave momento atual” que demanda “urgentes correções de curso” para tirar o país da forte recessão. O texto também reconhece a “incapacidade” da União de estados, municípios e Distrito Federal fazerem



Wilder Moraes (E), ao lado de Julio Lopes, acredita que medida combate a recessão

frente aos investimentos para recuperar e aprimorar a infraestrutura nacional.

“Um país não pode almejar ao pleno desenvolvimento de sua economia sem contar com uma infraestrutura minimamente adequada a tais ambições. E o ritmo de investimento em infraestrutura nos últimos

anos tem sido muito aquém do necessário não apenas para atender às necessidades de uma economia que precisa crescer, como até mesmo para repor a natural depreciação do capital”, ressalta o relator.

Com alterações na redação original, Wilder apresentou substitutivo em que acolheu

total ou parcialmente quatro emendas: uma delas, da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), propõe restrições a privatizações, no âmbito do PPI, de estatais como Petrobras, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Transparência

Emendas dos deputados Pauderney Avelino (DEM-AM) e José Carlos Aleluia (DEM-BA) visam dar maior transparência à atuação da Secretaria do PPI, facultando ao Congresso o acesso aos dados dos empreendimentos em andamento, com encaminhamento de relatório anual sobre as ações.

Também foi acatada parcialmente emenda do deputado Julio Lopes (PP-RJ), presidente da comissão mista, para permitir que o poder público receba e analise contribuições não solicitadas sobre possíveis novos empreendimentos do programa.